

17º Processo Seletivo de Estagiários da Procuradoria Geral do Estado do Piauí
Data: 11 de dezembro de 2022 **Horário: 08:00 às 11:00h**

LEIA AS INSTRUÇÕES:

- Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - Este Caderno com 40 questões objetivas sem falhas ou repetição;
 - Um Cartão-Resposta destinado às respostas objetivas da Prova, após transcorrida uma hora do início da prova;
- Verifique se este material está completo.
- Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo, no espaço próprio do Cartão-Resposta utilizando caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta.
- Escreva seu nome nos espaços indicados na capa deste Caderno de Questões, observando as condições para tal (assinatura e letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado à informação do seu número de inscrição.
- No Cartão-Resposta, a marcação das letras correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
- Tenha muito cuidado com o Cartão-Resposta, para não dobrar, amassar ou manchar, pois este, **em hipótese alguma**, será substituído.
- Para cada uma das questões são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras **(A), (B), (C), (D) e (E)**; **somente uma** responde adequadamente ao quesito proposto. Você deve assinalar apenas uma alternativa para cada questão: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta; também serão nulas as marcações rasuradas.
- As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos** sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu Cartão-Resposta. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões não serão levados em conta.
- Quando terminar sua Prova, antes de sair da sala, **assine a Lista de Frequência**, entregue ao Fiscal o Caderno de Questões e o Cartão-Resposta, que deverão conter sua assinatura.
- O TEMPO DE DURAÇÃO PARA ESTA PROVA É DE 03:00hs (três horas).**
- Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova após decorridas 2 (duas) horas do início de sua prova.
- A área de rascunho para anotação das alternativas escolhidas pelo candidato não terá validade definitiva como marcação do Cartão-Resposta, destina-se apenas à conferência do gabarito por parte do candidato.
- Somente será permitido ao candidato levar consigo o caderno de prova após transcorridos 3 horas do início da mesma.

| DIREITO | NÚMERO DE INSCRIÇÃO | | | | | | | | | | | |
|---------|---------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | 2022 - | | | | | | | | | | | |

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

17º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

01. Acerca da tutela provisória, assinale a assertiva correta:

- a) A tutela provisória não pode fundamentar-se em evidência, uma vez que, por ter caráter satisfativo, acarretaria julgamento imediato da lide.
- b) Independentemente do requerimento da parte, o juízo pode conceder a tutela provisória de ofício.
- c) Em caso de ausência de recurso em face da decisão que concede tutela antecipada requerida em caráter antecedente, há formação de coisa julgada.
- d) Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal.
- e) No mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de quarenta e oito horas.

02. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a assertiva correta:

- a) O prazo para interposição de agravo de instrumento é de 10 dias.
- b) Cabe apelação contra as decisões interlocutórias que versarem sobre mérito do processo.
- c) Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo de instrumento para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.
- d) Não cabem embargos de declaração para correção de erro material.

e) Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar acórdão que contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

03. Sobre as prerrogativas da Fazenda Pública no processo civil, assinale a assertiva correta:

- a) A Fazenda Pública possui prerrogativa de intimação pessoal.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar.
- c) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com culpa, dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- d) A Fazenda Pública possui prazo de 04 anos para ajuizar ação rescisória.
- e) São dispensados de preparo, exceto o de porte de remessa e de retorno, os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelo Distrito Federal, pelos Estados, pelos Municípios, e respectivas autarquias, e pelos que gozam de isenção legal.

04. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a assertiva incorreta:

- a) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- b) A incompetência relativa não pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
- c) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa.
- d) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.
- e) Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação poderá ser proposta no foro



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

17º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou na capital do respectivo ente federado.

05. Sobre intervenção de terceiros, assinale a assertiva correta:

- a) A assistência somente será admitida até a prolação da sentença.
- b) O Código de Processo Civil não admite denunciação da lide sucessiva.
- c) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- d) A intervenção do amicus curiae implica alteração de competência e autoriza a interposição de recursos.
- e) A denunciação da lide somente pode ser promovida pelo réu da demanda.

DIREITO CONSTITUCIONAL

06. Sobre as liberdades de crença, de pensamento e de religião, assinale a alternativa correta:

- a) A liberdade de pensamento não alberga a conduta de quem tece críticas a agentes públicos.
- b) É compatível com a Constituição Federal brasileira a possibilidade de coibir a livre manifestação de pensamentos em universidades federais, mas não nas universidades privadas, por se tratar de espaço público de uso especial.
- c) A liberdade de manifestação de pensamento consagrada na Constituição Federal admite manifestações de cunho racista ou homofóbico, por ser garantia base na democracia.
- d) A previsão legal de utilização da Bíblia como base de decisões e atividades afins dos

grupos religiosos, tornando-as cogentes a seus membros, não viola a Constituição.

e) O discurso proselitista é, pois, inerente à liberdade de expressão religiosa e, portanto, amparado pela Constituição.

07. São hipóteses de perda ou suspensão dos direitos políticos, exceto:

- a) Cancelamento da naturalização por decisão judicial.
- b) Incapacidade civil absoluta.
- c) Improbidade administrativa.
- d) Condenação criminal com trânsito em julgado (apenas enquanto persistirem seus efeitos).
- e) Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.

08. Em relação aos entendimentos do Supremo Tribunal Federal quanto à Administração Pública e aos servidores públicos, assinale a afirmativa incorreta:

- a) A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) As hipóteses excepcionais autorizadas de acumulação de cargos públicos previstas na Constituição Federal sujeitam-se, unicamente, a existência de compatibilidade de horários, verificada no caso concreto, ainda que haja norma infraconstitucional que limite a jornada semanal.
- c) É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.
- d) É legítimo o pagamento do abono de permanência ao servidor público que opte por permanecer em atividade após o preenchimento dos requisitos para a concessão



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

17º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

da aposentadoria especial (art. 40, § 4º, da CRFB/88).

e) É ilegítimo o estabelecimento de limite de idade para inscrição em concurso público.

09. Sobre a forma de organização do Estado instituída pela Constituição de 1988, assinale a alternativa correta:

a) No âmbito da legislação sobre desapropriação, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

b) São bens da União os recursos minerais, inclusive os do subsolo, restando assegurado aos Municípios exclusividade na participação no resultado da exploração de petróleo e gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, ou compensação financeira por essa exploração.

c) Lei complementar federal poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das atividades nucleares.

d) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.

e) A fiscalização do Município é exercida pelo Poder Legislativo local, mediante controle externo, e pelos Tribunais de Contas, cabendo a estes julgar as contas anuais do Prefeito, sem prejuízo da possibilidade de a Câmara Municipal rejeitar o parecer emitido por decisão de dois terços de seus membros.

10. Assinale a alternativa correta sobre o Poder Judiciário:

a) Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar as ações que envolvam entre entes federados.

b) Ao Superior Tribunal de Justiça compete, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro,

Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

c) É obrigatória a promoção de magistrado que figure por três vezes consecutivas em lista por merecimento, mas, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, tal regra não se aplica aos magistrados federais.

d) A garantia da inamovibilidade não se aplica ao magistrado ainda não vitalício.

e) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão da maioria absoluta de seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

11. Acerca do entendimento do Supremo Tribunal Federal nas ações envolvendo pedido de fornecimento de medicamento pelos entes públicos, julgue as assertivas que seguem.

I. O Estado pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais.

II. Mesmo em caso de doenças raras e ultrarraras, é necessária a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil para que haja a concessão de medicamento sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

III. A ausência de registro na Anvisa impede, de forma absoluta, o fornecimento de medicamento por decisão judicial.

IV. A inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil é pressuposto para a concessão de medicamento sem registro na Anvisa.

a) Estão corretas as alternativas I e III

b) Estão corretas as alternativas II e III

c) Estão corretas as alternativas II e IV



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

17º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

- d) Estão corretas as alternativas I, II e III
- e) Está correta a alternativa IV.

12. Sobre o Poder Legislativo, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I. O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

II. Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por maioria absoluta de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;

III. Compete ao Senado, privativa e previamente, aprovar, após arguição pública, em voto aberto, a escolha do Procurador-Geral da República;

IV. A regra segundo a qual os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, consiste em uma imunidade absoluta material, razão pela qual não comporta exceções.

- a) Todos os itens estão certos.
- b) Apenas o Item IV está errado.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Apenas o item I está certo.

13. Quanto à competência legislativa concorrente, é equivocado dizer que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre:

- a) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- b) orçamento, juntas comerciais e custas dos serviços forenses.

c) produção, consumo, trânsito e transporte.

d) educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

e) criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas, bem como procedimentos em matéria processual.

DIREITO ADMINISTRATIVO

14. Em relação aos princípios que regem a atuação da Administração Pública, é correto afirmar que

a) em relação ao princípio da legalidade, a Administração Pública não é obrigada a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

b) o princípio da eficiência impõe ao agente público um modo de atuar que produza resultados favoráveis à consecução dos fins a serem alcançados pelo Estado.

c) o princípio da eficiência, dada a sua natureza finalística, é prevalente em face do princípio da legalidade.

d) são aplicáveis à Administração Pública exclusivamente aqueles princípios mencionados no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, que são o da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

e) o princípio da publicidade decorre do direito dos administrados em ter acesso a informações de interesse particular ou coletivo e, por essa razão, não admite a existência de informações públicas sigilosas.

15. Entre os poderes próprios da Administração, o que está subjacente à aplicação de sanções àqueles que com ela contratam, corresponde ao poder

- a) disciplinar.
- b) regulamentar.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

17º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

- c) de polícia.
- d) hierárquico.
- e) de tutela.

16. Acerca da desconcentração e descentralização, é correto afirmar:

- a) A distribuição interna de competências é hipótese de descentralização.
- b) A criação de uma autarquia se consubstancia em uma desconcentração.
- c) Ocorre descentralização quando há criação de um Ministério pelo Presidente da República, atribuindo-lhe parcela de competência que, até então, era sua.
- d) Na desconcentração nunca haverá a criação de novos órgãos públicos.
- e) A descentralização se consubstancia na transferência de poderes e atribuições para um sujeito de direito distinto e autônomo.

17. O Governo do Estado pretende instituir uma entidade dedicada a prestar serviços relacionados ao turismo no Estado e encaminha à Assembleia Legislativa o respectivo projeto de lei autorizativa. Sabe-se que tal entidade terá capital social dividido em quotas. O Governo estadual criará uma

- a) sociedade de economia mista.
- b) autarquia.
- c) fundação de direito privado.
- d) associação pública.
- e) empresa pública.

18. Pedro, proprietário de um pequeno comércio, teve seu estabelecimento interdito por autoridade da vigilância sanitária, que consignou, no auto lavrado, como razão determinante para interdição, a existência de alimentos com prazo de validade vencido. Inconformado com a medida, Pedro, comprovando sua situação de hipossuficiência, procurou a Defensoria Pública solicitando a

adoção das medidas cabíveis para levantar a interdição de seu estabelecimento. Diante de tal cenário,

a) é cabível solicitação de revogação judicial do referido ato, desde que esgotadas as instâncias recursais administrativas, com decisão terminativa.

b) somente será possível a anulação judicial do ato de interdição se comprovado desvio de finalidade na prática do ato ou vício de competência.

c) apresenta-se juridicamente cabível a revogação do ato de interdição pelo Poder Judiciário, se comprovado vício de legalidade ou ausência de motivação factível.

d) descabe o controle judicial do referido ato, de natureza discricionária e fundado no exercício do poder de polícia, somente sendo cabível o pedido de revisão administrativa.

e) afigura-se juridicamente cabível a anulação judicial do ato de interdição, caso demonstrada a inexistência ou falsidade do motivo declinado pela Administração para a interdição.

19. Em relação aos atos administrativos, é INCORRETO afirmar:

a) O ato de delegação da competência para a prática de determinado ato administrativo retira da autoridade delegante a possibilidade de também praticá-lo.

b) A motivação não é obrigatória em todos os atos administrativos.

c) Há atos administrativos despidos de autoexecutoriedade.

d) Os atos administrativos, quando editados, trazem em si uma presunção relativa de legitimidade.

e) A motivação do ato administrativo se consubstancia na exposição dos motivos, sendo a demonstração das razões que levaram à prática do ato.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

17º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

20. As teorias relativas à responsabilização civil extracontratual do Estado passaram por significativa evolução desde o postulado absolutista que predicava a total irresponsabilidade estatal fundado na máxima “The King can do no wrong”. Uma dessas teorias é a do risco administrativo, de acordo com a qual

- a) o Estado responde, objetivamente, por todos os danos causados por ação ou omissão de seus agentes e de particulares prestadores de serviço público, não sendo admitida nenhuma excludente de responsabilidade.
- b) a responsabilidade do Estado é de natureza subjetiva, condicionada à comprovação de conduta culposa ou dolosa do agente público e do nexo de causalidade com os danos indicados.
- c) a responsabilidade do Estado é de natureza subjetiva, porém não atrelada à conduta culposa ou dolosa de agente determinado, mas sim à denominada culpa anônima ou falta do serviço.
- d) apenas em condutas omissivas pode ser invocada a responsabilidade objetiva do Estado, eis que inviável a individualização de culpa ou dolo de agente específico.
- e) o Estado responde objetivamente pelos atos comissivos de seus agentes, independentemente de culpa ou dolo, bastando a comprovação do nexo de causalidade, admitindo, contudo, excludentes de responsabilidade como caso fortuito e culpa exclusiva da vítima.

DIREITO CIVIL

21. Sobre a disciplina da prescrição no Código Civil, assinale a opção correta:

- a) Não havendo lei fixando prazo menor, ocorre a prescrição em quinze anos;
- b) Prescreve em dez anos a pretensão de reparação civil;

- c) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado;
- d) A prescrição somente pode ser alegada no primeiro grau de jurisdição;
- e) A exceção prescreve na metade do prazo da prescrição.

22. Assinale a alternativa correta à luz do Código Civil:

- a) A conclusão do ensino médio faz cessar a incapacidade do menor;
- b) A existência cessa com a morte, sendo vedada a sua presunção;
- c) São incapazes os pródigos, desde que não consigam exprimir a sua vontade;
- d) Falecendo dois indivíduos na mesma ocasião, não se podendo averiguar se um precedeu ao outro, presumir-se-ão simultaneamente mortos;
- e) Será averbada em registro público a interdição por capacidade absoluta ou relativa.

23. Sobre os Direitos da Personalidade, à luz do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) São vedados o emprego de pseudônimos e o anonimato;
- b) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica;
- c) É vedada a disposição do próprio corpo para depois da morte;
- d) Qualquer interessado poderá requerer que cesse lesão de direito da personalidade de pessoa falecida.
- e) Admite-se, via de regra, a renúncia voluntária a direito da personalidade.

24. São pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) As Organizações Internacionais;
- b) As Empresas Públicas;



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

17º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

- c) As Cooperativas, desde que constituídas sob a lei brasileira e registradas perante o Ministério do Trabalho;
- d) Os Partidos Políticos;
- e) Os Territórios;

25. Poderão ser constituídas Fundações de Direito Privado com os seguintes fins, exceto:

- a) Educação;
- b) Atividades Religiosas;
- c) Promoção da conservação do meio ambiente;
- d) Defesa da integridade territorial brasileira;
- e) Conservação do patrimônio histórico e artístico.

26. Assinale a alternativa correta à luz do Código Civil:

- a) Terá domicílio a pessoa natural, exceto aquela que não possua residência habitual;
- b) É domicílio da pessoa natural, para todos os fins, o local onde exercer regularmente a sua profissão;
- c) O preso terá domicílio necessário na sede do juízo que processe o cumprimento da pena;
- d) Se a pessoa jurídica tiver vários estabelecimentos em locais diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados;
- e) A União tem domicílio no Distrito Federal e nas capitais dos Estados-Membros;

27. Sobre a responsabilidade civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) Respondem os proprietários de hotéis pelos atos de seus hóspedes;
- b) Respondem os pais pelos atos de seus filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia, ainda que não haja culpa daqueles;
- c) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à

reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão proporcionalmente pela reparação;

d) A obrigação de reparar danos transmite-se com a herança;

e) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.

DIREITO DO TRABALHO

28. Não incide FGTS sobre os valores pagos a título de:

- a) Horas-extras eventuais.
- b) Pagamento relativo a aviso-prévio, trabalhado ou não.
- c) Férias indenizadas.
- d) Adicional de trabalho noturno.
- e) 13º salário.

29. De acordo com a Constituição Federal, quanto aos créditos oriundos das relações de trabalho, o direito de ação dos trabalhadores urbanos e rurais, após a extinção do contrato de trabalho, decai em

- a) 1 ano.
- b) 2 anos.
- c) 3 anos.
- d) 4 anos.
- e) 5 anos.

30. Os direitos do empregado sob contrato individual de trabalho temporário incluem:

I - indenização de 40% sobre o FGTS;

II - estabilidade provisória no caso de gestante;

III - descanso semanal remunerado;

IV - remuneração equivalente à recebida pelos empregados da mesma categoria.

Estão certos apenas os itens

- a) III e IV



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

17º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.
- e) Todas as afirmativas.

DIREITO DO PROCESSUAL DO TRABALHO

31. Assinale a opção correta no que diz respeito ao *jus postulandi* na justiça do trabalho.

- a) O *jus postulandi* é aplicável apenas na primeira instância, quando a parte move a reclamação trabalhista. Nas outras instâncias, é necessária a contratação de advogado.
- b) Na justiça do trabalho, a parte poderá impetrar mandado de segurança sem a necessidade de contratação de um advogado.
- c) O *jus postulandi* não é aplicável quando se tratar de ação rescisória trabalhista.
- d) Na justiça do trabalho, a parte poderá mover ação cautelar sem a necessidade de contratar advogado.
- e) A parte reclamante jamais poderá participar de audiências sem a presença de seu advogado.

32. Com referência ao processo de execução e aos recursos no processo de execução na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- a) A interposição de agravo de petição suspende todos os atos da execução.
- b) Se o credor manifestar discordância quanto aos valores penhorados em dinheiro, em execução definitiva, o executado terá direito líquido e certo de que esses valores fiquem depositados em seu próprio banco.
- c) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante como regra.
- d) A justiça do trabalho é competente para a execução, de ofício, da contribuição referente ao seguro de acidente do trabalho.

e) O prazo para a interposição de Recurso Ordinário é de 15 dias.

33. Acerca das hipóteses de cabimento da ação rescisória no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- a) A ausência de defesa na ação rescisória implica confissão.
- b) A sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda é uma prova apta para viabilizar a desconstituição do julgado.
- c) No caso de ação rescisória fundamentada em violação de lei, é admissível o reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda para comprovar a violação.
- d) Não é cabível o pedido de tutela provisória na inicial de uma ação rescisória que objetive suspender a execução da decisão rescindenda.
- e) O prazo para o ajuizamento da Ação Rescisória é de 02 anos contados a partir da data de trânsito em julgado da última decisão proferida no processo que seja objeto da rescisória.

DIREITO TRIBUTÁRIO

34. Sobre a obrigação tributária, à luz da legislação e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, analise as afirmativas a seguir.

- I. A obrigação acessória, prevista na legislação tributária, tem caráter autônomo em relação à regra matriz de incidência do tributo, pois vincula, inclusive, o sujeito passivo que não seja contribuinte do tributo.
- II. O CTN permite à autoridade administrativa desconsiderar negócio jurídico praticado com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo, independentemente de observar procedimentos legais a serem estabelecidos.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

17º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

III. Não é legítima a tributação sobre operações ou atividades ilícitas, decorrentes da interpretação com abstração da validade jurídica dos atos praticados pelo contribuinte, de seu objeto ou de seus efeitos, na definição do fato gerador.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II, apenas.

35. Em relação ao procedimento administrativo denominado pelo CTN como Lançamento, é correto afirmar que:

- a) O lançamento constitui o crédito tributário, conferindo à obrigação tributária liquidez e certeza.
- b) O lançamento é uma atividade desvinculada, independente e facultativa.
- c) O lançamento pode ser feito por qualquer servidor público desde que investido em cargo efetivo.
- d) O lançamento somente pode ser feito por autoridade administrativa, legislativa ou judicial.
- e) O que caracteriza o lançamento, segundo o CTN, é o seu registro nos livros Diário e Razão.

36. Assinale a alternativa correta em relação aos expressos ditames do Código Tributário Nacional (CTN) a respeito do sujeito passivo da obrigação principal.

- a) A lei pode atribuir a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, não vinculada ao fato gerador, excluindo a responsabilidade do contribuinte.
- b) Em contrato de locação com cláusula que estabeleça a responsabilidade do inquilino de

pagar o IPTU, a condição do proprietário passa de contribuinte para responsável.

c) Em um contrato de locação, o locador pode transferir, perante o fisco, a sua condição de contribuinte do IPTU ao locatário.

d) O contribuinte é o sujeito passivo da obrigação principal que tem relação pessoal e direta com a situação que constitui o fato gerador.

e) O CTN categoriza o sujeito passivo da obrigação principal em três espécies: o contribuinte, o responsável e o solidário.

37. Como se denomina o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte?

- a) Contribuição de Melhoria.
- b) Contribuição Social.
- c) Empréstimo Compulsório.
- d) Imposto.
- e) Taxa.

38. Segundo o CTN, a natureza jurídica do tributo é determinada:

- a) pela destinação legal do produto da sua arrecadação
- b) pela sua denominação
- c) pelo fato gerador da respectiva obrigação
- d) pelas características formais adotadas pela lei
- e) pela sua alíquota

39. São características das Taxas:

I. Não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

II. O serviço público tem que ser divisível e efetivamente prestado ao contribuinte.

III. Estão sujeitas, sem exceção, ao princípio da anterioridade.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ 17º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

IV. É vedada a sua instituição para o custeio de serviços públicos específicos.

e) F – V – F.

V. Somente podem ser cobradas pelos Estados e Municípios.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II, apenas.

40. O produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, incluídos os acréscimos correspondentes, será destinado

- a) 60% (sessenta por cento) para o Estado e 40% (quarenta por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.
- b) 55% (cinquenta e cinco por cento) para o Estado e 45% (quarenta e cinco por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.
- c) 50% (cinquenta por cento) para o Estado e 50% (cinquenta por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.
- d) 65% (sessenta e cinco por cento) para o Estado e 35% (trinta e cinco por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.
- e) 40% (quarenta por cento) para o Estado e 60% (sessenta por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

Alternativas

- a) V – V – F.
- b) V – V – V.
- c) V – F – V.
- d) F – V – V.